CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

PF liga contrato milionário de Wi-Fi de SP a esquema investigado no caso Dark Horse

Fonte original: HJur Hora Juridica. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	HJur Hora Juridica (hjur.com.br)
Autor	Da Redação
Data de publicação	11/09/2026 09:06
URL original	https://hjur.com.br/pf-liga-contrato-milionario-de-wi-fi-de-sp-a-esquema-investigado-no-caso-dark-horse/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Prefeitura de SP
Data da coleta	20/11/2026 19:06
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 17:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo informações obtidas pelo UOL, a PF identificou que a Complexsys Soluções Integradas, subcontratada pelo ICB para atuar no programa de Wi-Fi, recebeu aproximadamente R$ 9,9 milhões do instituto entre outubro de 2024 e abril deste ano.

• A investigação aponta que, depois de receber recursos do ICB, a Complexsys realizou transferências para a Academia Nacional de Cultura (ANC), também comandada por Karina Gama.

• A Complexsys nega qualquer participação no financiamento de Dark Horse.

• Segundo a PF, o deputado utilizou R$ 154 mil da cota parlamentar para pagar a Complexsys por serviços descritos como “CRM Político”.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / HJur Hora Juridica

RESUMO

Da Redação A Polícia Federal encontrou conexões entre empresas que receberam recursos de um contrato milionário de Wi-Fi da Prefeitura de São Paulo e entidades ligadas à produção de Dark Horse, filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. O contrato já era investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil de São Paulo. A Complexsys nega qualquer participação no financiamento de Dark Horse.

Da Redação

A Polícia Federal encontrou conexões entre empresas que receberam recursos de um contrato milionário de Wi-Fi da Prefeitura de São Paulo e entidades ligadas à produção de Dark Horse, filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dados aparecem na investigação que levou à Operação Make Up, deflagrada nesta quinta-feira (10).

A operação, autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), cumpriu 49 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Entre os alvos estão o deputado federal Mario Frias (PL-SP) e a empresária Karina Ferreira da Gama, responsável pela produtora Go Up Entertainment.

A PF investiga suspeitas de peculato, lavagem de dinheiro, falsidade documental, organização criminosa e irregularidades em contratações públicas. A apuração procura identificar se recursos de diferentes origens foram movimentados por uma mesma rede de empresas e entidades.

Contrato de R$ 108 milhões

O Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Gama, firmou contrato de aproximadamente R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para implantação, operação e manutenção de 5 mil pontos de Wi-Fi público em comunidades da capital.

O contrato já era investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil de São Paulo. Segundo a Agência Brasil, a apuração apontou suspeitas de direcionamento do chamamento público, falta de justificativa

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

técnica ou econômica para a parceria e apresentação de pelo menos R$ 16,5 milhões em notas fiscais consideradas irregulares.

A Prefeitura nega irregularidades e afirma que o processo de contratação foi transparente. A gestão municipal também sustenta que os recursos do programa foram utilizados exclusivamente na implantação dos pontos de internet e que não houve financiamento municipal do filme.

PF identifica caminho do dinheiro

Segundo informações obtidas pelo UOL, a PF identificou que a Complexsys Soluções Integradas, subcontratada pelo ICB para atuar no programa de Wi-Fi, recebeu aproximadamente R$ 9,9 milhões do instituto entre outubro de 2024 e abril deste ano.

A investigação aponta que, depois de receber recursos do ICB, a Complexsys realizou transferências para a Academia Nacional de Cultura (ANC), também comandada por Karina Gama. A PF tenta esclarecer a finalidade desses pagamentos e a origem dos recursos movimentados.

A Complexsys nega qualquer participação no financiamento de Dark Horse. A empresa afirma que os valores recebidos foram utilizados exclusivamente na execução do contrato de Wi-Fi e diz que uma perícia independente comprovaria a inexistência de vínculo financeiro com a produção cinematográfica.

Dino vê possível estrutura única

Na decisão que autorizou a operação, Dino considerou a possibilidade de que as suspeitas envolvendo emendas parlamentares e o contrato municipal façam parte de uma única estrutura destinada à captação, movimentação e ocultação de dinheiro público, conforme revelou o UOL.

Mario Frias também aparece nessa conexão. Segundo a PF, o deputado utilizou R$ 154 mil da cota parlamentar para pagar a Complexsys por serviços descritos como “CRM Político”. A investigação encontrou notas fiscais com descrições idênticas emitidas em períodos diferentes e, em alguns casos, por empresas distintas.

A Folha de S.Paulo revelou ainda que outra empresa subcontratada pelo ICB em projeto financiado por emenda funcionava no endereço de uma loja de noivas. A PF investiga transferências que teriam passado por empresas intermediárias antes de chegar à Go Up Entertainment.

Emendas ampliam investigação

Relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), revelado pela Folha, identificou cerca de R$ 3,6 milhões em emendas destinadas à ANC por Carla Zambelli, Alexandre Ramagem, Marcos Pollon e Bia Kicis. Mario Frias também destinou recursos a entidade ligada a Karina.

A investigação federal se soma ao inquérito conduzido em São Paulo. A Polícia Civil já apurava suspeitas de superfaturamento, pagamentos por serviços não realizados e possível confusão patrimonial entre o ICB e a produtora de Dark Horse.

Até o momento, porém, não há conclusão de que dinheiro do contrato de Wi-Fi tenha efetivamente financiado o filme. A Operação Make Up busca justamente esclarecer o destino dos recursos e se as conexões financeiras identificadas pela PF constituíram um esquema de desvio de verbas públicas.

Dark Horse | Kaina Ferreira Gama | Operação Make Up | STF | contrato wi-fi prefeitura de SP | filme bolsonaro | flávio dino | mário frias | pf

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Fonte original: https://hjur.com.br/pf-liga-contrato-milionario-de-wi-fi-de-sp-a-esquema-investigado-no-caso-dark-horse/ · Coletado em 20/11/2026 19:06 · Gerado em 28/11/2026 00:02

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.